

Casamento homossexual. Sujeita a disciplina de voto, a bancada do PS travou ontem o casamento entre pessoas do mesmo sexo, juntando-se ao PSD e ao CDS no voto contra os projectos do PEV e BE. Maioria parlamentar compromete-se a "eliminar discriminação", mas não diz como nem quando

PS quer envolver direita para evitar revogação da lei



Enquanto os deputados chumbavam as uniões 'gay', encenava-se um casamento em frente à Assembleia

Projectos do BE e do PEV chumbados por PS, PSD e CDS

JOÃO PEDRO HENRIQUES e SUSETE FRANCISCO

O PS só permitirá o casamento gay quando tiver a certeza de que o PSD não revogará a medida quando regressar ao poder.

Esta posição, que remete para uma lógica de acordo político entre os dois maiores partidos, está implícita na declaração de voto que a direcção parlamentar da bancada socialista ontem apresentou para justificar no Parlamento o chumbo de dois projectos sobre a matéria.

O diploma do PEV foi ontem rejeitado com os votos contra da bancada do PS, PSD e CDS, a abstenção do BE e de oito deputados laranja e o voto favorável do PEV e PCP (mais dois deputados socialistas e um social-democrata). Já o texto do Bloco (que além do casamento, previa a adopção por homossexuais), teve o voto a favor do partido proponente, de Manuel Alegre e Pedro Nuno Santos, e a abstenção do PCP e PEV (mais um deputado do PSD). As restantes bancadas chumbaram.

Na declaração de voto, a direcção da bancada do PS defende "um debate na sociedade portuguesa" sobre a

união de homossexuais para que se proporcione "a criação dos necessários consensos que conduzam a soluções que garantam a realização duradoura e consistente dos princípios da liberdade e igualdade de direitos".

Questionado pelo DN sobre o que queria significar esta formulação, Alberto Martins, líder da bancada do PS, explicou: "Não queremos que a direita regresses e revogue a lei."

Acontece, como o demonstrou ontem o debate, que o casamento gay dif-

ficilmente reunirá consensos no Parlamento. Já a união civil registada (com direitos similares aos do casamento, mas sem o nome) mostra-se mais consensual - PSD e CDS já mostraram abertura à criação desta figura jurídica. E o certo é que pelo discurso do PS não passa o termo casamento homossexual - a expressão não é referida uma única vez na declaração de voto dos socialistas. Ontem, Jorge Strecht afirmou que o PS "assume a vontade de eliminar qualquer discriminação

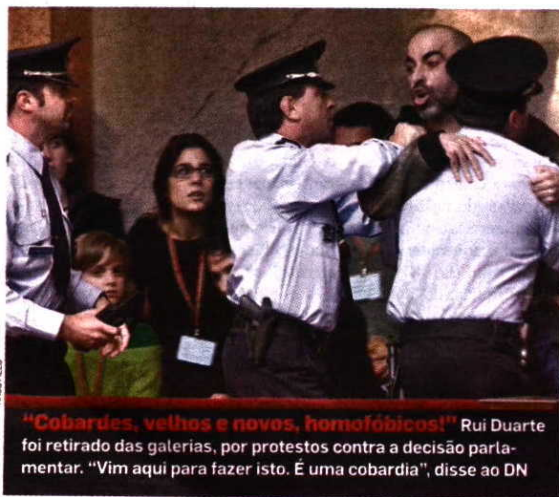
em função da orientação sexual". Mas sem esclarecer quando e de que forma.

Alegre furou disciplina

Ao anunciado voto a favor do ex-líder da JS Pedro Nuno Santos (único deputado da maioria com liberdade de voto) juntou-se ontem o de Manuel Alegre, que furou o voto contra imposto à bancada socialista.

Na bancada do PSD, que tinha liberdade de voto, Paulo Pereira Coelho absteve-se no projecto do BE e votou a favor do diploma do PEV. Este último contou ainda com oito abstenções social-democratas: José Eduardo Martins, Pedro Pinto, Pedro Duarte, Miguel Almeida, Raul dos Santos, André Almeida, Sérgio Vieira e Carlotto Marques. Já as declarações de voto, com as posições individuais dos deputados, multiplicaram-se: pelo PSD foram três, pelo PS 13 deputados anunciaram declarações próprias ou conjuntas.

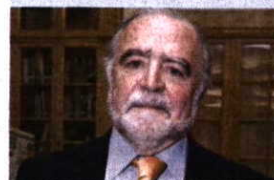
Bloco e PEV defenderam que o Código Civil, ao proibir o casamento entre pessoas do mesmo sexo, viola a Constituição, uma leitura que mereceu a concordância do PCP. E do PS, mas com Jorge Strecht a argumentar que "não está ainda maturado o debate". Montalvão Machado, do PSD, defendeu que o casamento gay seria um "atentado à figura jurídica do casamento", e Nuno Melo, do CDS, referiu que é "inconstitucional".



"Cobardes, velhos e novos, homofóbicos!" Rui Duarte foi retirado das galerias, por protestos contra a decisão parlamentar. "Vim aqui para fazer isto. É uma cobardia", disse ao DN

POSIÇÕES A MARGEM DOS PARTIDOS

Vários deputados assumiram atitudes diferenciadas das direcções parlamentares



MANUEL ALEGRE Histórico socialista quebrou a disciplina de voto na bancada do PS, votando favoravelmente os projectos do BE e do PEV. Na declaração que entregou afirma que o "mandato do deputado é individual" e que uma "deliberação partidária não pode sobrepor-se à decisão pessoal do deputado". "Voto com a minha consciência", afirmou aos jornalistas, acrescentando que comunicou na véspera o seu sentido de voto ao líder parlamentar.



JOÃO REBELO O deputado do CDS anunciou que apresentaria uma declaração de voto conjunta com Teresa Caeiro, sua colega de bancada no CDS-PP. Os dois admitem a solução da união civil registada, que no fundo é o casamento mas com outro nome.



PAULO PEREIRA COELHO O deputado social-democrata votou a favor do projecto do PEV (que teve a abstenção de mais oito deputados laranja). No diploma do Bloco de Esquerda, que além do casamento previa a adopção por casais homossexuais, Pereira Coelho absteve-se - um voto solitário na bancada do PSD.